

A relação entre
fenômeno de ser e ser
dos fenômenos: o anti-
idealismo de Sartre
na introdução de
O ser e o nada

*The relation between phenomena of being and being
of phenomena: The anti-idealism of Sartre in the
introduction of Being and Nothingness*

RESUMO: A intenção deste artigo é mostrar de que maneira Jean-Paul Sartre depara com a hipótese do idealismo, que se revela logo na introdução de *O ser e o nada*, bem como suas estratégias para evitá-lo. Ao lançar mão de uma fenomenologia, Sartre sente a necessidade de se debruçar sobre uma questão já antiga, porém fundamental para o rumo de seu projeto: seria possível reduzir as coisas que aparecem às suas aparições? Tratar de fenômenos e objetos é tratar do mesmo ser? Tendo como fim o esclarecimento dessa questão, o texto se divide em sete seções: a primeira visando uma ambientação do cenário fenomenológico no qual Sartre se insere; a segunda evidenciando uma aparente necessidade do ser dos fenômenos serem transfenomenais; a terceira focando uma falha do princípio berkeleyano, *esse est percipi*; a quarta voltada à função do *percipere/percipiens* na percepção; a quinta ilustrando a maneira com que o *percipi* remete ao *percipiens* e o impacto de tal relação; a sexta sobre a prova ontológica de Sartre; a sétima traçando algumas considerações finais e o resultado da análise.

PALAVRAS-CHAVE: anti-idealismo; *percipi*; *percipere*; fenômeno; ser dos fenômenos.

ABSTRACT: The goal of this paper is to show in what way Jean-Paul Sartre copes with the hypothesis of the idealism, which is revealed in the introduction of *Being and Nothingness*, and his strategies of avoiding it as well. When proposing a phenomenology theory, Sartre sees himself compelled to look into an old question, though essential to the course of his project: would it be possible to reduce the things that appear to us to their apparition? To deal with phenomena and objects is to deal with the same being? Having the clarification of this question as an end, the text is divided in seven sections: the first intends to provide a familiarization with the phenomenological background that Sartre is inserted; the second points to an apparent necessity of the being of the phenomena, viz., to be transphenomenal; the third focuses in a flaw of the berkelenian principle, *esse est percipi*; the fourth discusses the role of the *percipere/percipiens* in the perception; the fifth illustrates the way that the *percipi* refers to the *percipiens* and the impact of such relation; the sixth is about Sartre's ontological proof; the seventh makes some final considerations and puts forward the result of the analysis.

KEYWORDS: anti-idealism; *percipi*; *percipere*; phenomena; being of the phenomena.

“Il la mangeait des yeux.” Cette phrase et beaucoup d'autres signes marquent assez l'illusion commune au réalisme et à l'idéalisme, selon laquelle connaître, c'est manger. La philosophie française, après cent ans d'académisme, en est encore là. Nous avons tous lu Brunschvicg, Lalande et Meyerson, nous avons tous cru que l'Esprit-Araignée attirait les choses dans sa toile, les couvrait d'une bave blanche et lentement les déglutissait, les réduisait à sa propre substance.

Jean-Paul Sartre

INTRODUÇÃO

“O pensamento moderno realizou um progresso considerável ao reduzir o existente à série de aparições que o manifestam” (SARTRE, 2009, p. 15). Esta frase revela um verdadeiro impacto sofrido por Sartre, pois é a base sobre a qual o francês irá se apoiar para construir sua filosofia: trata-se das fenomenologias husserliana e heideggeriana. Para essa “corrente”, que Sartre abraça em grande medida, as coisas são tais como aparecem. Não há nada para lá do que aparece, pensando o visado – o fenômeno – como uma fraca e distorcida aparência e o seu ser como o verdadeiro e intocável, de modo que julgamos ser válida a “redução” dos existentes ao seu conjunto de aparições.

Diferentemente do que se possa imaginar, não é o caso de uma negação ontológica do que está para além dos entes que são percebidos, ou seja, uma aceitação do idealismo. O que está em jogo aqui, em verdade, é a

coextensividade entre o fenômeno e o ser dos objetos. O fenômeno, concebe Sartre, é o *relativo-absoluto*; relativo, evidentemente, pois uma aparição exige sempre alguém a quem aparece – ela é o encontro de duas forças, a saber, a consciência e o objeto que se manifesta¹; absoluto, porque a manifestação é sempre fiel ao próprio ser do existente manifesto, ela não possui distorções que o negam, o que exclui a perspectiva kantiana da existência dos númenos aceita pela tradição.

Nesse ponto, uma objeção clássica poderia ser feita: e quando temos a ideia errada de um objeto, ou seja, quando estamos frente a um fenômeno distinto do que “realmente” é? Evidentemente, a vista da estrada como duas linhas que se aproximam no horizonte é possível, em vez de duas retas paralelas que “são”. Porém o fato que Sartre busca evidenciar é o seguinte: mesmo o primeiro fenômeno revela o ser da estrada tal como ele é. A estrada, ainda que vista à distância, continua sendo a mesma. Não se está frente a uma aparição incorreta que remete a outra coisa perfeita; todo existente compreende um número infinito de aparições, pois uma pessoa pode multiplicar indefinidamente os modos de visá-lo². No entanto, a série de aparições possíveis é ainda do mesmo ser, uma vez que possui uma *essência* que guia as aparições, independentemente do sujeito, para serem de tais modos e não de outros. Em poucas palavras, a citação expos-

1 Dizer que o fenômeno é o encontro entre consciência e objeto é, de algum modo, considerar que existe uma cisão entre sujeito e objeto, tomando a existência de ambos separadamente. No entanto, Sartre abraça o conceito husserliano da *intencionalidade*, segundo o qual não existe consciência sem objeto; consciência é sempre consciência *de* algo, o que resulta que tanto consciência e objeto só se dão ao mesmo tempo, em conjunção. Posteriormente, veremos como tal conceito se edifica; por ora a ilustração é válida para explicitar o traço relativo da aparição.

2 É importante reparar que *fenômeno* não diz respeito somente a eventos recebidos pela visão, embora a maioria dos exemplos seja de situações visuais em razão da maior facilidade de expressão das ideias. Como exemplo distinto, notas de uma sinfonia são também fenômenos que manifestam a música. O fenômeno, em algumas palavras, é a vivência da experiência consciente de algo.

ta pode ser substanciada com a analogia do filme; o filme é o conjunto de suas fotografias, de suas *aparições*, e, embora uma possa ser inteiramente distinta de outra, em ambas estão presentes a manifestação do mesmo ser, i. e., do mesmo filme, pois existe uma razão, a essência, que direciona a maneira com que os fenômenos se dão.

O que se pode concluir das observações realizadas até o momento é que alguns dualismos foram deixados; por exemplo, não há mais a distinção entre ser e aparecer, nem o interior e exterior, uma vez que os objetos foram reduzidos ao conjunto de suas manifestações – deixa-se de lado a aparência no sentido tradicional pejorativo, não há o interior verdadeiro e o exterior que se mostra e é falso. No entanto, e Sartre observa este ponto, em verdade os dualismos foram todos trocados por um novo, do *infinito* no *finito*. Uma simples aparição, isolada, não possui sentido enquanto *algo que manifesta um objeto*, senão quando vinculada a sua *série*, ou seja, existe a necessidade de uma *transcendência* do que aparece a tudo o que pode aparecer, do finito, o que é evidente e singular, ao infinito, às possibilidades múltiplas. Voltando ao filme, uma fotografia isolada das “infinitas” que compõem um filme não revela plenamente o filme, sequer possui algum sentido, senão quando associada às outras fotografias. Nas palavras de Sartre: “Assim, a aparição, *finita*, indica-se a si própria em sua finitude, mas, ao mesmo tempo, para ser captada como aparição-do-que-aparece, exige ser ultrapassada até o infinito” (2009, p. 17).

A princípio, a conversão dos antigos dualismos nesse novo pode parecer que a fenomenologia, até o que vimos, não trouxe avanço algum. Contudo, o abandono da postura kantiana, às lentes de Sartre e Husserl, é de grande valia. O fenômeno entendido como seu próprio indicativo, remetendo apenas a si mesmo, ao seu ser próprio, é uma conquista para Sartre. No entanto, se há um ser e um fenômeno, uma questão fundamental ascen-

de: será o *fenômeno de ser*³ – o que aparece – idêntico ao *ser dos fenômenos*, ou seja, o ser dos existentes? Em outras palavras, visto que a realidade foi focada no conjunto de aparições de um objeto, será possível afirmar a fórmula de Berkley, *esse est percipi*? É tendo esse ambiente inquieto e fundante que tentaremos, com precisão, elucidar o modo com que Sartre analisa tal problema, nas seções primeiras de *O ser e o nada*, e com quais estratégias ele pretende negar a constituição das coisas através da consciência.

A EXIGÊNCIA DE UM SER TRANSFENOMENAL

Vimos que o fenômeno, ao contrário da perspectiva de Kant, é coextensivo ao seu ser, isto é, não é visto como mera aparência do verdadeiro, e que tal consideração concede certa abertura ao idealismo. A questão, mais precisamente, seria a seguinte: falar sobre coextensividade seria o mesmo que afirmar uma identidade entre aparecer e ser? Em vista de obter alguma resposta para a conjectura, Sartre retorna ao escrutínio em cima do fenômeno.

Ora, se coextensividade é identidade, isto é, pensando o ser como uma propriedade entre outras avistada no fenômeno, uma implicação absurda emerge, pois, além de definir os objetos pela consciência (o que parece incorreto), haveria um esgotamento das coisas na própria aparição, o que não é o caso. Vimos que o ser dos fenômenos, embora presente na aparição, não se deixa alcançar plenamente – ele extravasa o fenômeno, há sempre algo que escapa à percepção; ao visar a face de um livro, entra-se em contato, sim, com o ser daquele objeto, mas não integralmente: há uma

3 A razão pela qual Sartre utiliza o conceito *fenômeno de ser*, ainda que considere essa expressão sinônimo das palavras aparição e fenômeno, é enfatizar a noção reformulada do próprio fenômeno, a saber, da transcendência entre o finito e infinito. Foi evidenciado que a aparição é coextensiva ao ser do objeto manifesto, mas que ela requer uma transcendência à sua série; deste modo, a intenção de usar *fenômeno de ser* é justamente a de focalizar não somente que o fenômeno é o que aparece, mas o é na medida em que aparece remetendo ao que pode aparecer.

série de aparições que escapam ao fenômeno⁴. Assim, o fato é que *o ser não se limita ao fenômeno*.

O que se pode tirar, por ora, de tais considerações? Primeiro, ainda que coextensivos, *o ser do fenômeno* não se encerra plenamente no *fenômeno de ser*, não há identidade existencial; segundo, o ser dos fenômenos é a *condição de revelamento dos objetos*. Em verdade, Sartre está propondo algo muito simples: visto que há sempre algo que extravasa a condição fenomênica, deve existir um fundamento que está para além da aparição, um *ser transfenomenal* que torna o fenômeno possível. Em poucas palavras, o fenômeno exige um fundamento, um ser, que esteja para lá do que aparece.

Deste modo, encontrando uma indicação de que o ser dos fenômenos deva ser transfenomenal, Sartre se distancia do idealismo. Encontrou-se uma necessidade requerida pelo fenômeno de um ser transfenomenal, o que revela o simples fato de que as coisas existem não só na medida em que aparecem à consciência, porém por si. Contudo, tendo em mente que o único predicado do fenômeno possível é que ele aparece, faz-se necessário investigar a fundo sua relação com seu ser e verificar a possível validade do fantasma idealista que continua pairando nas ideias de Sartre.

ESSE EST PERCIPI, FALHA NO NÚCLEO DO PRINCÍPIO

Esse est percipi, ser é ser percebido. Mesmo com alguns indícios fortes depondo contra o idealismo, Sartre não se sente satisfeito, e, ao invés de demonstrar a invalidade de tal doutrina por via negativa, como foi mos-

4 Sartre apresenta a identidade, também, enquanto presença. Igualar fenômeno e ser seria o mesmo que reduzir o ser à presença, no entanto, mesmo a ausência de uma coisa – o não fenômeno – revela, por via negativa, o ser da coisa. Alguém pode observar a estante de seu quarto e perceber que falta um livro. O fato é que o ser do livro se mostrou à pessoa sem um fenômeno dele mesmo, ou seja, sem que o sujeito estivesse frente ao livro. Considerar a identidade é excluir essa possibilidade de manifestação.

trado, vai ao âmago do idealismo, colocando luz sobre os conceitos fundamentais da proposta de Berkeley, o *percipi* e o *percipere*⁵.

Ao se debruçar sobre a sugestão idealista, Sartre rapidamente encontra uma fragilidade: como seria alicerçada a relação entre sujeito e objeto – a percepção ou relação de conhecimento –, uma vez que a própria relação escapa ao *percipi*? Eis um problema: a ideia postula que o ser é dado ou constituído pela percepção, todavia, quando há percepção, o percebido é o objeto, não a própria relação. O que ocorre, portanto, é a existência das coisas sendo assegurada por um princípio sem fundamento⁶, o que faz Sartre afastar a validade idealista.

Poder-se-ia dizer, tentando bloquear tal objeção, que é possível perceber a própria relação de percepção, ou seja, torná-la percebida e, assim, se fundamentaria seu ser segundo o mesmo princípio enunciado. Porém o fato é que tal movimento não é efetivo, pois a percepção mesma jamais se encontra no *percipi*: sai-se de “A” percebendo “B” para “A” percebendo “A que percebe B”. Ou seja, ao tentar perceber a percepção, surge uma nova percepção que não está no novo *percipi*; permanece a ausência de um ser que fundamente o elo entre *percipi* e *percipere*. Para Sartre, então, a tentativa de Berkeley em fundamentar a existência dos objetos em seus fenômenos, isto é, na consciência, falha na medida exata em que a própria relação de percepção não é percebida no fenômeno, o que desqualifica a fórmula *esse est percipi*.

5 “Sartre uses the Scholastic terminology, which I have avoided: *percipere* (active infinitive) = to perceive; *percipi* (passive infinitive) = to be perceived; *percipiens* (present participle) = perceiving; *perceptum* (perfect participle) = that which is perceived, the object of perception.” (GARDNER, 2009, p. 233.).

6 Possivelmente Berkeley diria que a relação é fundada pois Deus a percebe, de modo que sua existência torna-se assegurada. Contudo, Sartre não compraria tal defesa, uma vez que o francês suspende o juízo a respeito dessa consideração metafísica, o que revela coerência com sua ideia de que as coisas são contingentes, não criadas para um propósito.

Tendo as considerações anteriores em mãos, uma implicação, conforme Sartre, é inevitável: a relação entre *percipere* e *percipi* necessita, ao cabo, de um fundamento que seja *transfenomenal*, porquanto ela de fato existe, contudo não segundo o princípio de Berkeley. Até o momento, portanto, os resultados da investigação promovem a ideia inicial do francês e refutam o idealismo.

O SER TRANSFENOMENAL DO SUJEITO: NEGAÇÃO AO IDEALISMO E FUNDAÇÃO DA PERCEPÇÃO

Vimos que a empresa que Sartre realizou sobre o idealismo enalteceu sua posição, porém também apresentou um fato desagradável: o ônus de fundar validamente o ser da percepção, i. e., por meio de um ser *transfenomenal*. Embora o francês apresente uma solução, veremos, com o decorrer do texto, que a via pela qual Sartre embasa a percepção, através do *percipere*, acaba por levantar outra possibilidade do idealismo. Tendo em mente tais pontos, entremos na análise.

Mesmo não possuindo um alicerce para o conhecimento, existe algo a se reparar: o *percipi*, ao menos, remete, faz referência a um ser que está para além do que é percebido, ou seja, *transfenomenal*: o ser do *percipiens*, a consciência. *Transfenomenal* pois o sujeito, bem como a relação em si, não é dado no *percipi*, e no entanto ele é, ele existe. Tal constatação, em verdade, é mais um golpe desferido à posição de Berkeley, pois, se a consciência é *transfenomenal*, então existe ao menos um ser que existe sem ser percebido: “Assim o *percipi* remeteria ao *percipiens* – o conhecido ao conhecimento e este ao ser cognoscente enquanto é, não enquanto é conhecido, quer dizer, à consciência” (SARTRE, 2009, p. 21).

O defensor do idealismo, contudo, poderia não concordar com a *transfenomenalidade* do sujeito, dizendo que a consciência existe somente

na medida em que é percebida – e percebida por si mesma. Por conseguinte, a consciência existe, pois, do mesmo modo que faz com os objetos do mundo, torna-se consciente dela mesma, ou seja, se objetifica: existe pois é percebida. Sartre não nega que é propriedade imprescindível da consciência ser consciente de si, contudo, não à maneira idealista, ou seja, sem introduzir o dualismo da percepção sujeito-objeto na consciência. Cabe aqui, portanto, abordar a *intencionalidade*, o fundamento da consciência em Sartre herdado de Husserl, pois nos mostrará o traço transfenomenal do sujeito.

Foi dito antes que não há consciência que não seja *de* algo, ou seja, toda consciência sempre é *posicional* de um objeto. A ideia da intencionalidade é evidenciar, portanto, que a consciência é pura transcendência, que ela está sempre se projetando em um objeto diferente dela mesma: tenho consciência *deste* livro, *desta* mesa etc. Simultaneamente, ela não é meramente consciência dos objetos transcendentais, mas é também consciência dessa consciência de objetos; *a consciência é consciente de si mesma*. Eis o ponto do idealista: para este, a consciência posiciona a si mesma igualmente como o faz com os objetos, e por isso existe, pois se percebe. No entanto, a autoconsciência, diz Sartre, não pode ser posicional, i. e., não pode se perceber como percebe os objetos, pois assim se cai num regresso ao infinito: se “A” posiciona “B”, tem-se “A” consciente de “B”, porém não consciente de si enquanto consciente de “B”; por conseguinte, é preciso um terceiro elemento, e assim sucessivamente *ad infinitum*. Ao cabo, se a autoconsciência se dá posicionalmente, então há sempre uma consciência não consciente, sendo preciso que ela se posicione invariavelmente. Tal resultado absurdo nos mostra que para haver autoconsciência é preciso outra disposição que não a posicional.

Tendo em mente o fato anterior, Sartre revela, então, o aspecto da consciência *não-posicional* de si: ela precisa ser imediata e irrefletida. Tra-

ta-se do que o filósofo chama de *cogito pré-reflexivo* ou consciência (de) si – “de” entre parênteses, para enfatizar que não se trata de uma relação sujeito-objeto⁷; imediata, pois não se trata de posicionar um objeto e depois posicionar a si própria; irrefletida, porque, se fosse ao contrário, haveria consciência posicional: quando refletimos sobre algo estamos a posicionar esse algo.

Por conseguinte, sendo a consciência (de) si imediata e não mediada pela percepção no sentido de Berkeley, Sartre bloqueia o ataque do idealista, substanciando a dimensão transfenomenal do sujeito. Nas palavras do autor: “a consciência é o ser cognoscente enquanto é e não enquanto é conhecido” (SARTRE, 2009, p. 22).

Resultados: expondo sua teoria da consciência⁸, Sartre não só evidenciou um contraexemplo ao idealismo – mostrando o caráter transfenomenal do sujeito –, como, a partir disso, também deu um passo à frente para a fundamentação da percepção, uma vez que se compreendeu a mecânica por trás do *percipere*. No entanto, a tarefa ainda não está acabada, uma vez que é preciso averiguar de que maneira o *percipi* remete ao *percipere*.

PERCIPI ENQUANTO RELATIVO AO PERCIPIENS

Até o momento, Sartre identificou de que maneira, simplesmente ao verificar alguns traços básicos da percepção, o idealismo deve ser deixado em termos de constituição do ser dos fenômenos. Primeiramente, percebeu que a fórmula *esse est percipi* está fundamentada sobre o primado do co-

7 Em verdade, não se trata de duas consciências, uma voltada às coisas e outra, a si mesma. Ainda que para efeitos analíticos se use das expressões *consciência posicional* e *consciência (de) si*, não há verdadeiramente uma cisão, pois “elas” se dão em simultâneo. Para melhor compreensão, pode-se imaginar em duas *dimensões* da mesma consciência.

8 A consciência intencional possui, deveras, outras propriedades, mas desnecessárias para a compreensão do tema proposto.

nhecimento, porém que tal fórmula não consegue substanciar o próprio conhecimento. Encontramos, posteriormente, um ser transfenomenal que fundamenta indiretamente a relação. Entretanto, seguindo analiticamente, se o *percipi* remete ao *percipiens*, poderia o último, depois, constituir o ser do primeiro? Em outras palavras, o fenômeno remete à consciência – a relatividade, vimos, é propriedade do fenômeno –, mas poderá a consciência, com sua dimensão transfenomenal, construir o ser dos fenômenos? Examinando o *percipi* provavelmente se encontrará a resposta.

Bem como mostramos no início do texto, não parece ser o caso de que a consciência seja capaz de determinar o ser dos fenômenos. Por exemplo, ao tomar um objeto, não é correto dizer que ele é o conjunto de suas aparições ou síntese de impressões do sujeito; afirmar isso é o mesmo que reduzir o ser dos fenômenos à consciência. As coisas, ao contrário, são manifestas por aparições que elas mesmas delimitam os contornos: o papel sobre o qual escrevo me aparece tal como seu ser exige que apareça, não exclusivamente em razão da minha subjetividade. É preciso um ser transfenomenal para as coisas, uma vez que elas não se esgotam no fenômeno.

Ora, os objetos não se esgotam na percepção que temos deles, porém vimos que o *percipi* faz, de veras, referência ao ser transfenomenal do *percipiens*, ou seja, é relativo ao último. Assim, ainda que o idealismo original tenha sido refutado antes, o que está em jogo agora é a possibilidade de um idealismo mitigado, no qual não mais a plena identidade entre ser e aparição (consciência) é a proposta, mas, antes, a identidade parcial em razão da relatividade entre consciência e aparição. Consequentemente, se o ser transfenomenal buscado e necessário dá-se no *percipi*, pois esse é relativo ao *percipiens*, então, seria ele *relativo e passivo*. Eis um ponto a ser deslindado.

Com a finalidade de excluir a possibilidade do idealismo mitigado, Sartre faz algumas considerações a respeito da passividade ou relatividade.

Eis a primeira definição: “Sou passivo quando recebo uma modificação da qual eu não sou a origem – quer dizer, não sou nem o fundamento nem o criador” (SARTRE, 2009, p. 30). Contudo, observa o francês, em todo caso de passividade, é necessário que o ser que sofre alguma coisa de fato exista, ou, em outras palavras, que o ser *suporte* tal modificação exterior. Tal ideia implica uma dupla chave de possibilidades: ou bem existe passividade, mas não em sentido forte, pois o objeto não é afetado em seu ser, uma vez que existe e está para lá da passividade; ou bem ele é passivo em seu ser e é um *nada*, é pura consciência. No entanto, não é o caso da segunda opção, já que foi exigida existência de um ser dos fenômenos transfenomenal.

Tais fatos nos revelam algo bastante importante: mesmo em situações em que se poderia afirmar que um sujeito determinou um objeto, ou seja, houve passividade, em verdade o ser do objeto não foi afetado. Imaginando a hipótese inicial, o *percipi*, o ser enquanto percebido, pode verdadeiramente sofrer alguma alteração – ao visar qualquer coisa, podemos alterar esse modo de visar de diferentes formas –, todavia o ser do objeto permanece o mesmo, ainda que o fenômeno seja passível de alteração.

Assim, analisando o segundo termo da percepção, chegamos ao resultado seguinte: uma vez que o *percipi* se dá através da passividade ou da relatividade e o ser dos fenômenos não está sujeito a tais propriedades, o último não pode ser o *percipi*. Malgrado a consideração enfraquecida do idealismo, i.e., pensando que o ser pode ser definido pela consciência não integralmente, porém relacionalmente, encontramos a impossibilidade de tal proposta. A passividade é uma característica, sim, do *percipi*, mas é incompatível com o ser dos fenômenos: “O *esse* do fenômeno não pode ser seu *percipi*. O ser transfenomenal da consciência não pode fundamentar o ser transfenomenal do fenômeno” (SARTRE, 2009, p. 32).

A PROVA ONTOLÓGICA

A prova ontológica de Sartre não se trata, genuinamente, de um ataque ao idealismo, porém, antes, da necessidade da existência independente das coisas através do cogito pré-reflexivo. É preciso dizer, ainda, que não consiste em uma prova no sentido forte de dedução, mas uma abdução.

Ora, uma vez que a consciência é intencional, há sempre um objeto visado, e, além disso, como vimos, toda consciência é também consciência (de) si. A prova, em poucos termos, resume-se ao seguinte: considerando a consciência – ser transfenomenal em razão do cogito pré-reflexivo – como transcendência, como uma projeção às coisas (e ela existe), é necessário que existam coisas sobre as quais a consciência se projeta. Se o idealismo é o caso, as coisas estão na consciência, de modo que não há transcendência; mas, segundo a intencionalidade, é o caso da transcendência, logo, há objetos fora da consciência, ou, para usar o vocabulário anterior, seres transfenomenais.

CONSIDERAÇÕES ÚLTIMAS

Aos olhos de Sartre, o idealismo foi refutado com as estratégias anteriores. Vimos que, desde a análise pura da aparição, existia a necessidade de um ser transfenomenal dos fenômenos. Depois, investigando os elementos da percepção, tomamos ciência da falha de Berkeley, ao mesmo tempo em que descobrimos dois seres transfenomenais, a consciência e os objetos. Tais seres, que serão de importância fundamental para o filósofo francês, Sartre chamará de Ser-Em-si (ser dos objetos) e Ser-Para-si (ser da consciência).

No entanto, algumas dúvidas ganham espaço: seria Sartre um realista? Existem, portanto, dois tipos de ser? Embora tais suspeitas sejam válidas, não é o caso. O que o autor pretende está para lá de uma solução

idealista ou realista, uma vez que ambas as correntes são de algum modo “ingênuas” para ele. O ser, em sua visão, é um só, embora possua “regiões” distintas: o Em-si e o Para-si. A resposta última para tais indagações integra boa parte de *O ser o nada*, o que impede que o texto presente, de modestas ambições, tenha força o suficiente para arcar com essas implicações.

REFERÊNCIAS

SARTRE, J. P. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Trad. Paulo Perdigão. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. *Situations: essais critiques*. Paris: Gallimard, 1947.

GARDNER, S. *Sartre's being and nothingness: a reader's guide*. Londres: Continuum, 2009.